

O ENCONTRO SOBRE ENSINO DE ANTROPOLOGIA

Antonella Tassinari, Carmen Rial e Miriam Grossi
Universidade Federal de Santa Catarina

O interesse da comunidade antropológica com o ensino e com a formação de antropólogos remonta há algumas décadas. Desde o final dos anos 50 do século XX, a Antropologia é ensinada nos cursos de Ciências Sociais, sendo uma das três disciplinas básicas deste curso, que se compõe também da Sociologia e da Ciência Política. Neste período, apenas na Universidade de São Paulo era possível continuar a formação de pós-graduação em Antropologia. Foi no decorrer da década de 1960 (na USP) e, fundamentalmente, na década de 1970 que a Antropologia passou a ser objeto de uma formação específica nos emergentes cursos de mestrado criados no início da década de 70 no Rio de Janeiro (Museu Nacional/UFRJ), em Brasília (UnB), em Campinas (Unicamp), e, na segunda metade desta mesma década, em Florianópolis (UFSC), em Porto Alegre (UFRGS) e em Recife (UFPE).

Mesmo que a preocupação com a questão do ensino e da formação em Antropologia tenha sido importante na criação e na consolidação dos cursos de pós-graduação, foi a partir da revitalização da ABA – que ocorreu a partir da 9ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em dezembro de 1974 em Florianópolis – que esta preocupação passou a ser objeto de reflexão mais sistemática da Associação Brasileira de Antropologia. O início dos anos 1980 foi marcado, na ABA, pela definição do novo *status* de associado, regimento que buscava dar lugar à demanda por filiação de inúmeros novos estudantes de pós-graduação em Antropologia, mas que, ao mesmo tempo, fixava regras rígidas de acesso ao *status* de antropólogo. Após

inúmeros debates em torno de quem podia ou não se considerar e ser considerado antropólogo, tornou-se consenso na disciplina que só se ascendia ao conhecimento antropológico após uma formação de pós-graduação de nível de mestrado.

É na década de 1990 que a Associação Brasileira de Antropologia passa a fazer reuniões regulares de troca de experiências didáticas e de reflexões de fundo sobre a formação em Antropologia no Brasil. Além de uma mesa-redonda realizada em 1994 na reunião anual da ANPOCS, a então vice-presidente da ABA, Mariza Peirano, organiza, em abril de 1995, uma reunião nacional da ABA para o debate e para a reflexão sobre o ensino de Antropologia no Rio de Janeiro¹. Observamos que as principais preocupações dos antropólogos naquele momento eram as seguintes:

- * Especificidade da Antropologia e qualidade das dissertações de mestrado face à pressão das agências financiadoras para a diminuição do tempo de titulação.
- * O papel do ensino de teoria e de metodologia na formação dos alunos de pós-graduação.
- * A necessidade ou não de criação de um curso específico de Antropologia na graduação.

Estes argumentos e debates continuam atuais no interior da disciplina, mas em 2002 as questões que se colocavam para a organização do Encontro Ensino de Antropologia eram de outra ordem. Parecia haver, naquele momento, um consenso de que “tudo havia mudado” na formação de pós-graduação. Com a drástica diminuição do tempo de titulação no mestrado, uma das preocupações crescentes da maior parte dos cursos de pós-graduação dizia e diz, ainda, respeito ao tipo de ensino de Antropologia que deve ser dado nos cursos de graduação: se devíamos criar cursos de graduação em Antropologia ou se devíamos modificar o tipo de formação dado nos cursos de Ciências Sociais.

Datam dos anos 1960 e, mais particularmente, dos anos 1970 grande parte dos cursos de Ciências Sociais em

¹ Material que está publicado na primeira parte deste livro.

funcionamento hoje nas principais universidades do país – a maior parte deles com reformulações em seus currículos feitas no decorrer dos anos 1980, no processo de abertura política do país. Nos anos 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministério de Educação propôs uma ampla reforma do currículo mínimo em Ciências Sociais. Para elaborar uma nova proposta de currículo, foi chamada, sob a liderança de Yvonne Maggie, uma comissão de especialistas em Antropologia, Sociologia e Ciência Política, que, após inúmeras consultas aos cursos de Ciências Sociais existentes, propôs um novo currículo mínimo cuja principal inovação dizia respeito à flexibilidade de formação em Ciências Sociais. Lamentavelmente, apesar do estímulo governamental, poucas foram as mudanças nos cursos de Ciências Sociais já consolidados, e os raros novos cursos que abriram desde então seguiram o modelo tradicional de um curso fortemente estruturado em torno das três disciplinas de base (Antropologia, Sociologia e Ciência Política). Nas inúmeras reformas de currículo propostas pelos cursos já existentes a fim de adequarem-se à nova legislação, permaneceu a formação tradicional em torno do tripé das três Ciências Sociais de base na área.

Mas, enquanto a formação em Ciências Sociais permaneceu praticamente imutável nas últimas décadas, houve grandes transformações no mundo do trabalho e nas expectativas dos egressos dos cursos de Ciências Sociais. Se, por um lado, aumentou o número de graduados que continuaram sua formação antropológica no mestrado, parte significativa dos egressos foi atuar em instituições estatais, no ensino secundário nem sempre ensinando Sociologia – e, particularmente, observou-se uma demanda crescente desta mão-de-obra especializada na “questão social” por parte de Organizações Não-Governamentais.

Além deste mercado de trabalho já consolidado para egressos de Ciências Sociais com habilitação em Antropologia, surgem, cada vez mais, novas demandas de profissionais com interface com a formação antropológica. Diferentes projetos na área de patrimônio que envolvem questões relativas a manifestações culturais populares, projetos no campo dos

direitos humanos e dos direitos de minorias étnicas, projetos que envolvem temáticas como gênero e sexualidade, assim como uma infinidade de outras demandas, mostram que há uma necessidade cada vez maior de antropólogos atuando nas mais diversas instâncias da sociedade brasileira. Como responder a esta demanda sem desqualificar o status do antropólogo? Como introduzir os conceitos antropológicos em campos como a saúde e a educação – campos que necessitam estruturalmente dos aportes teóricos da Antropologia? Por que não introduzir conceitos e temas antropológicos no ensino secundário? Estas e outras são as questões com que os professores de Antropologia se têm defrontado regularmente em sua prática profissional, e poucos são os espaços institucionais que permitem a troca de idéias e as reflexões sobre os objetivos do ensino de Antropologia.

Defrontamo-nos, portanto, com um complexo campo de reflexão quando pensamos no ensino de Antropologia hoje no Brasil. Por um lado, temos um nível elevadíssimo de reflexão nos cursos de pós-graduação; por outro, temos cursos de graduação muitas vezes sem recursos e sem um projeto acadêmico devido à grande fragmentação do ensino de graduação na maior parte das universidades.

A formação de Antropologia na graduação ainda é um campo que carece de mobilização e de articulação, pois os professores (parte significativa deles egressos dos cursos de pós-graduação em Antropologia) estão dispersos em inúmeras instituições isoladas no interior do Brasil. Muitas são as propostas inovadoras na formação em Antropologia dos alunos de graduação, mas estas permanecem praticamente desconhecidas pela comunidade acadêmica, sobretudo porque não existem redes de troca de experiência de ensino de graduação como existem em nível de pós-graduação.

Nesse contexto e com a finalidade de contribuir para a reflexão sobre essas questões, foi realizado em Florianópolis, com o apoio da ABA, da CAPES, da SESU/MEC, de 5 a 7 de dezembro de 2002, o encontro *Ensino de Antropologia: Diagnóstico, Mudanças e Novas Inserções no Mercado de Trabalho*. O evento contou com um público de cento e cinquenta professores de

Antropologia que participaram de três mesas redondas e de dez fóruns temáticos.

A mesa de abertura, coordenada por Carmen Rial, teve com participantes Eunice Durham (*O Ensino da Antropologia e a Formação dos Antropólogos*), Gustavo Lins Ribeiro (*Antropologia e Poder no Brasil*), Mariza Peirano (*Pecados e Virtudes da Antropologia: reflexões com relação ao ensino*) e Miriam Grossi (*Da graduação à pós-graduação: desafios do ensino de Antropologia para o século XXI*). A segunda mesa, sobre “*A Formação em Antropologia na graduação e na pós-graduação*”, foi coordenada por Esther Jean Langdon e composta por Lilia Schwarcz (*Ensino de Pós-graduação: algumas primeiras notas comparativas*), Maria do Carmo Brandão (*Antropologia Norte e Nordeste: graduação, pesquisa e extensão*), Myriam Lins de Barros (*Qual é o tom? Reflexões sobre o ensino de antropologia no curso de Serviço Social*) e Yvonne Maggie (*Por que gostamos tanto do curso de Ciências Sociais?*). A terceira mesa, a respeito da “*Profissão da antropologia: mercado de trabalho e ética*”, foi coordenada por Antonella Tassinari, com a presença de Antonio Carlos de Souza Lima (*Para que mercado de trabalho ensinamos hoje antropologia?*), Claudia Fonseca (*A expansão do mercado de trabalho para antropólogos: glórias e riscos*) e Guita Debert (*Esferas de atuação profissional e a formação antropológica*).

Os fóruns temáticos, espaços abertos à apresentação de trabalhos e à discussão de grandes temas relativos ao ensino de Antropologia, organizaram-se em torno dos seguintes tópicos: 1) Ensino de Antropologia em Cursos de Ciências Sociais; 2) Ensino de Antropologia em Outros Cursos; 3) Experiências de Estágio Docência: articulação graduação e pós-graduação; 4) Cursos de Especialização e Mestrado Profissional; 5) Desafios do ensino de Antropologia no Ensino Fundamental e Médio; 6) Reflexões sobre a orientação: iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, pós-graduação; 7) Propostas de Metodologia de Ensino e de Avaliação na Graduação e Pós-graduação; 8) O Mestrado e o Doutorado em Antropologia: currículo, formato dos trabalhos de conclusão, passagem de um nível ao outro; 9) Desafios do Mercado de Trabalho e regulamentação de assessorias, laudos e perícias; 10) Experiências de Ação Afirmativa.

Os textos que seguem não pretendem recuperar a totalidade das discussões realizadas naquele momento no Hotel Canto da Ilha, em Ponta das Canas, na cidade de Florianópolis, mas podem aproximar o leitor das contribuições que o evento trouxe para o tema do *Ensino da Antropologia no Brasil*. Os artigos são versões atualizadas de algumas das palestras das mesas redondas, relatos das discussões de alguns dos fóruns temáticos e versões aprofundadas de certas comunicações apresentadas nos fóruns.

Eunice Durham, sempre lúcida e incisiva, abordou especialmente a Antropologia na graduação, propondo alterações aparentemente simples mas que teriam imensa repercussão no trabalho dos professores e na formação dos estudantes. Claudia Fonseca, com uma visão abrangente que seus anos como representante da área de Antropologia junto à CAPES certamente ampliou, busca uma saída para os novos antropólogos. Se “cada época exige dos jovens profissionais extrema criatividade para que se adequem às condições do momento sem perder a identidade que os trouxe para o campo da Antropologia originalmente”, quais seriam as estratégias a serem adotadas pelos jovens antropólogos de hoje, diante do fechamento dos postos na academia? Esta é a questão que o artigo busca responder. Lilia Schwarcz comparou currículos de diferentes PPGAS no Brasil, num interessante artigo que trata da estrutura dos cursos de pós-graduação da área, apontando para um certo conservacionismo no ensino de Antropologia e alertando “para achatamentos, perfis cada vez mais comuns, grades assemelhadas, atividades parecidas” que seria conseqüência de uma “cultura da avaliação”. Miriam Grossi reflete, a partir de sua experiência na representação da área de Antropologia na CAPES (2001/2004), sobre o desenvolvimento da pós-graduação em Antropologia e sobre alguns dos impasses pelos quais a área de Antropologia na CAPES tem passado no que diz respeito à articulação com a área de Ciências Sociais tanto na pós-graduação como na graduação.

Em um artigo com passagens surpreendentes (como, por exemplo, “imaginar a importância dos partidos políticos em reuniões de departamento”), Yvonne Maggie aborda a trajetória

do curso de graduação em Ciências Sociais da UFRJ, tendo como referência sua participação na comissão nacional que pensou a reestruturação dos cursos de Ciências Sociais e sobre sua experiência no curso do IFCS/UFRJ. Maggie relembra os tempos difíceis, não tão distantes, do fechamento político no país e suas conseqüências nefastas para o curso de Ciências Sociais, assim como o fracasso do projeto inovador de uma graduação própria para a Antropologia, em que os alunos tomassem contato com a literatura básica precocemente, rejeitado pela maioria do colegiado do curso. Como ela mesma resume, “por que gostamos tanto do curso de Ciências Sociais é uma paródia e ao mesmo tempo um desabafo. Nos últimos dez anos, tendo participado de muitos fóruns de discussão sobre o tema, não consegui demover colegas e administradores dessa trilha ou trilho”. Num caminho oposto, Wilson Trajano Filho refaz os percursos da construção do curso de graduação em um dos cursos de Ciências Sociais considerado de excelência no país, o da Universidade de Brasília. Em seu texto, ele aponta para os princípios teóricos e para as experiências concretas na formulação do currículo que têm norteado a experiência da implantação de um curso específico de graduação em Antropologia na UnB. Também no sentido de mapear experiências concretas de ensino, Neusa Gusmão nos traz detalhes de uma relação antiga, que data do século XIX, entre a Antropologia e a Educação, a partir de sua experiência como antropóloga na Faculdade de Educação da UNICAMP.

Alberto Groisman sistematiza as discussões do Fórum que teve o maior número de inscritos e que abordou um “além-fronteira disciplinar”: o ensino da Antropologia em cursos diferentes de Ciências Sociais. Por fim, Elisete Schwade e Manuel Ferreira Lima Filho tratam de um novo convidado na cena dos cursos de pós-graduação de Antropologia: os cursos profissionalizantes; o texto de Elisete apresenta também o debate sobre os cursos de especialização, que há anos atendem a “uma demanda de profissionais que não tenham nos seus horizontes de formação a expectativa de uma carreira acadêmica”, relatando o exemplo dos cursos de especialização realizados na UFRN.

A publicação destes artigos torna pública uma parcela significativa das reflexões e dos debates ocorridos no Encontro de Ensino de Antropologia de 2002, que teve uma publicação em número especial da série *Antropologia em Primeira Mão* – publicação do PPGAS/UFSC. Passados quatro anos do evento, vemos que aqueles temas se tornaram cada vez mais atuais e que as contribuições ali produzidas merecem a presente oportunidade de divulgação.